



CARGO: EDUCADOR SOCIAL

NOME:

INSCRIÇÃO:

RG:

INSTRUÇÕES:

- O candidato receberá juntamente com o caderno de provas **CARTÃO-RESPOSTA**, ambos já identificados com seu nome, número de inscrição, nº RG e cargo pretendido;
- É dever do candidato conferir seu nome, número de inscrição e cargo se estão corretos e caso contrário alertar o fiscal;
- A prova terá **duração** de **4(quatro) horas**, incluído o tempo para preenchimento do **CARTÃO-RESPOSTA**.
- Este caderno contém um total de **40** (quarenta) questões objetivas, sendo **04 (quatro)** questões de **Português**, **04 (quatro)** questões de **Matemática/Raciocínio Lógico**, **02 (dois)** questões de **Informática Básica**, **02 (dois)** questões de **Conhecimentos Gerais/Atualidades** e **28 (vinte e oito)** questões de **Conhecimentos Específicos/Legislação**;
- Cada questão apresenta 5 (cinco) alternativas de resposta e apenas uma resposta **correta**;
- O **CARTÃO-RESPOSTA** não será substituído, exceto se estiver com problemas de impressão que prejudique seu preenchimento;
- Assinale, na prova, a alternativa que você julgar correta e, ao final, transcreva as respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**, marcando a quadrícula toda sobre a letra correspondente em cada questão, observando a mesma ordem da prova, conforme exemplo a seguir:

Exemplo:

Forma correta:



Forma Errada:



- O candidato deverá apor no **CARTÃO-RESPOSTA**, as suas respostas por questão na ordem de 01 a 40, que será o único documento válido para sua correção e sua **assinatura**;
- O **CARTÃO-RESPOSTA** contém 40 questões;

Exemplo do modo correto de marcação das respostas:

CARTÃO-RESPOSTA

RESPOSTAS de 21 a 30

| | | | | | |
|----|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|---|---|
| 21 | <input checked="" type="checkbox"/> | B | C | D | E |
| 22 | A | <input checked="" type="checkbox"/> | C | D | E |
| 23 | A | B | <input checked="" type="checkbox"/> | D | E |

- O **CARTÃO-RESPOSTA** será utilizado para conferência por leitora óptica/scanner para o processamento dos resultados, não podendo conter rasuras e ou marcações incorretas diferentes das contidas no exemplo da alínea "g" e alínea "i";
- Caso ocorrer rasura, inexistência de marcação da resposta ou for assinalada mais de uma opção por questão no **CARTÃO-RESPOSTA**, a questão será tida como incorreta e o candidato perderá esta pontuação.
- O **CARTÃO-RESPOSTA** deverá ser assinado na parte de baixo pelo candidato;
- Não deixe nenhuma questão sem resposta;
- Não é permitido o uso de calculadora ou qualquer outro aparelho similar, nem qualquer outro tipo de consulta;
- Somente utilize caneta **azul** ou **preta**;
- O caderno de provas e **CARTÃO-RESPOSTA** deverão ser entregues aos fiscais na saída;
- O candidato, após o término da prova, poderá destacar a parte abaixo na linha pontilhada e levar somente a anotação do seu gabarito;
- Em caso de dúvida, dirija-se ao fiscal de sala.

BOA PROVA!

IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria EIRELI-Concurso Público-MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC Edital 001/2019

| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS PARA O CANDIDATO:

ATENÇÃO: Esta parte poderá ser destacada pelo candidato somente após o término da prova.

QUESTÃO 01. Assinale a alternativa cuja sequência não apresente erro de ortografia.

- (A) miçanga; luxação; discernimento; espesso
- (B) miçanga; luchação; discernimento; espesso
- (C) missanga, luchação, dicernimento; expesso
- (D) missanga; luxação; dicernimento; expesso
- (E) miçanga; luxação; dissernimento; expreço.

QUESTÃO 02. Assinale a alternativa cuja sequência não apresente erro de acentuação.

- (A) economia; pêra; órgão; catéter; mister; rubrica
- (B) economia; pera; órgão; cateter; mister; rubrica
- (C) econômia; pêra; órgão; catéter; míster; rúbrica
- (D) econômia; pera; órgão; cateter; mister; rúbrica
- (E) economia; pera; órgão; catêter; mistêr; rubríca.

QUESTÃO 03. Leia abaixo um trecho da canção “Ainda há tempo”, do rapper paulista Criolo.

“Se faltar
Um simples sorriso
Ou às vezes um olhar
E que se vem da pessoa errada
Não conta
A amizade é importante
Mas o amor escancara a tampa
E o que te faz feliz
Também provoca a dor”

Fonte: <https://www.vagalume.com.br/criolo/ainda-ha-tempo.html>

Assinale a alternativa em que o verbo *contar* apresente a mesma regência que esse mesmo verbo apresenta na canção.

- (A) “O que cê diz não me afronta porque não conta” – Filipe Ret
- (B) “Não conta com a sorte, nois conta com Deus” – Mc Kauan
- (C) “Não conta pra ninguém o lance que a gente tem” – grupo disfarce
- (D) “E se eu disser que volto, você não conta as horas, senhora?” – Emicida.
- (E) “As palavras saem quase sem querer ... Tome conta do que vai dizer” – Vanessa da Mata.

QUESTÃO 04. Analise o quadrinho abaixo e assinale a alternativa correta.



Fonte: encurtador.com.br/aAX46

O humor do quadrinho acima decorre:

- (A) da confusão entre palavras homógrafas.
- (B) da confusão entre palavras homônimas.
- (C) da confusão entre palavras homófonas.
- (D) da confusão entre palavras parônimas.
- (E) da confusão entre palavras sinônimas.

II – PROVA DE RACIOCÍNIO LÓGICO/MATEMÁTICA – (04 questões)

QUESTÃO 05. Um campeonato de futebol foi criado com quatro times, que jogarão entre si em apenas um único turno, o time que tiver o maior número de pontos será consagrado campeão do torneio. A probabilidade de ter pelo menos quatro partidas com um time vitorioso será de?

- (A) $2/21$.
- (B) $5/21$.
- (C) $21/63$.
- (D) $22/63$.
- (E) $41/63$.

QUESTÃO 06. Um estudante resolveu escrever uma palavra com quatro letras, para isso resolveu usar apenas as vogais “A, I, O e U”, as consoantes “B, C, D, F, G e H” e três condições, na primeira e terceira letra só podem ser usadas consoantes e na segunda e quarta letra só podem ser usadas vogais, além disso, não pode ter letra repetida, portanto, a quantidade de palavras que podem ser escritas, com ou sem sentido, com essas letras é de?

- (A) 120.
- (B) 180.
- (C) 240.
- (D) 300.
- (E) 360.

QUESTÃO 07. Considere os conjuntos dos números naturais $A = \{1,2,3,4,5,6,7,8,9\}$, $B = \{2,4,6,8\}$, $C = \{1,3,5,7,9\}$ e $D = \{1,2,4,6,8,9\}$. Se um estudante fizer uma intersecção entre o conjunto A e B, com o resultado unir com o conjunto C, e finalmente, o resultado subtrair com o D, o resultado final será um conjunto com?

- (A) $\{3,5\}$
- (B) $\{1,4\}$
- (C) $\{2,6\}$
- (D) $\{1,7\}$
- (E) $\{8,9\}$

QUESTÃO 08. Um conjunto de pessoas foi entrevistada e pediram para elas votarem em dois candidatos de três possíveis (A, B e C). Um grupo com 10 pessoas votou nos candidatos A e B, um segundo grupo de 20 pessoas votou nos candidatos B e C e um terceiro grupo com 30 pessoas votou nos candidatos A e C, portanto, o candidato vencedor seria

- (A) Candidato A com 40 votos.
- (B) Candidato B com 30 votos.
- (C) Candidato A com 60 votos.
- (D) Candidato C com 60 votos.
- (E) Candidato C com 50 votos.

III – PROVA DE INFORMÁTICA BÁSICA – (02 questões)

QUESTÃO 09. Em relação ao editor de texto *Microsoft Word 2013*[®] do pacote de aplicativos *Microsoft*[®] *Office* 2013, esta ferramenta oferece teclas de atalhos para auxiliar e agilizar os trabalhos. Após executado o editor de texto *Word 2013* e com um documento qualquer aberto, ao acionar as teclas <Ctrl> + simultaneamente, assinale a alternativa que indica corretamente qual é a função a ser executada ao se acionar tais teclas simultaneamente?

- (A) Tem a função de selecionar todo o texto do documento aberto.
- (B) Tem a função de permitir carregar uma imagem para o documento que está aberto.
- (C) Tem a função de imprimir os dados do documento em meio físico.
- (D) Tem a função de salvar os dados do documento aberto e armazenar no disco rígido do seu computador.
- (E) Tem a função de acionar o corretor ortográfico do documento.

QUESTÃO 10. Analise o texto sobre tipos de vírus de computador: **Malware** é um software malicioso que um dos seus objetivos é se infiltrar em um computador alheio de forma ilícita, com o intuito de causar algum tipo de dano ou roubo de informações pessoais confidenciais ou não. Analise as alternativas que indica corretamente qual é o *software* e ou ferramenta apropriada para ser utilizada na remoção deste tipo de *software* do seu computador, com sistema operacional *Microsoft Windows*[®] versão 10 instalado?

- (A) Microsoft Excel 2013[®].
- (B) Adobe Acrobat Reader DC[®].
- (C) Firefox Browser[®].
- (D) We Recover Data (recoverit[®])
- (E) Spybot Search & Destroy[®].

IV - PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES – (02 questões)

QUESTÃO 11. A história do Município de Ipuacu iniciou ainda por volta de 1950, com a vinda dos primeiros colonizadores. Porém, o local já era habitado por indígenas. Assinale a alternativa que indica corretamente quais eram essas tribos indígenas que lá habitavam?

- (A) Kaingangs e Caiapós.
- (B) Caiapós e Guaranis.
- (C) Xapecó e Kaingangs.
- (D) Kaingangs e Guaranis.
- (E) Guaranis e Chimbague.

Fonte: <https://turismo.ipuacu.sc.gov.br/sobre-a-cidade#apresentacao>

QUESTÃO 12. Em relação aos catarinenses ilustres uma família catarinense, se tornou muito conhecida por trocar a confortável residência no bairro de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis, pela vida nos mares. Percorrendo o mundo em barco a velas. Diante do exposto, assinale a alternativa que indica corretamente qual era esta família?

- (A) Família Hering.
- (B) Família Kuerten.
- (C) Família **Schmidt**.
- (D) Família Schürmann.
- (E) Família Renaux.

Fonte: <http://www.clicrbs.com.br/especial/sc/rbs30anos/conteudo,0,3392,20-Catarinenses.html>

V - PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS/LEGISLAÇÃO – (28 questões)

QUESTÃO 13. De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente a educação deve ser feita sem o uso de castigos físicos e/ou tratamento cruel e degradante. Entre esses, **não está incluso**:

- (A) Lesão.
- (B) Humilhação.
- (C) Castigos.
- (D) Ameaças.
- (E) Sofrimento físico.

QUESTÃO 14. O Estatuto da Criança e do Adolescente garante que ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho: Analise as afirmativas a seguir.

- I. *Noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;*
- II. *Que exija esforço físico e trabalho braçal;*
- III. *Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;*
- IV. *Realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.*

Estão corretas apenas as:

- (A) afirmativas II e IV
- (B) afirmativas I, III e IV
- (C) afirmativas III e IV
- (D) afirmativas I, II e III
- (E) todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 15. A lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 trata sobre o estatuto do idoso, nele está garantida a criminalização de algumas ações cometidas contra pessoas idosas, entre essas **não está**:

- (A) Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência.
- (B) Discriminar pessoa idosa, dificultando o seu exercício da cidadania, por motivo de idade.
- (C) Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis.
- (D) Negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.
- (E) Desrespeitar idosos de forma que os façam sentir desvalorizados e sem importância.

QUESTÃO 16. Ainda sobre o estatuto do idoso, nele também estão alguns requisitos que as entidades de atendimento ao idoso devem atender, entidades que ofereçam longa permanência devem seguir os seguintes princípios:

- (A) Preservação dos vínculos familiares, observância dos direitos e garantias dos idosos e participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo.
- (B) Preservação dos vínculos familiares, garantia de prover ao idoso informações sobre as atualidades para evitar o isolamento e participação do idoso em atividades comunitárias internas e externas.
- (C) Prover ao idoso informações sobre atualidades a fim de evitar isolamento e manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior.
- (D) Manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior, afastamento dos vínculos familiares e observância dos direitos e garantias dos idosos.
- (E) Afastamento dos vínculos familiares e participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno, e externo.

QUESTÃO 17. Em 2006 foi sancionada a lei que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, essa garante para a mulher vítima de violência assistência, entre tais se assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: Analise as afirmativas a seguir.

- I. Acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta.
- II. Manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- III. Encaminhamento à assistência judiciária, quando for o caso, inclusive para eventual ajuizamento da ação de separação judicial, de divórcio, de anulação de casamento ou de dissolução de união estável perante o juízo competente.
- IV. Atendimento psicológico gratuito, imediato e de qualidade para a vítima.

Estão corretas:

- (A) apenas as afirmativas I, II e IV.
- (B) apenas a afirmativas IV.
- (C) apenas as afirmativas II e III.
- (D) apenas as afirmativas I, II e III.
- (E) todas as afirmativas.

QUESTÃO 18. De acordo com a lei 11.340, a “lei maria da penha”, não é considerado uma forma de violência contra a mulher:

- (A) A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos.
- (B) A violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- (C) A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento
- (D) A violência emocional, entendida como qualquer conduta de abandono, termino ou traição a mulher com a qual o agressor se relaciona.
- (E) A violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal

QUESTÃO 19. Na lei que define as diretrizes e bases da educação nacional trata também da organização educacional, nele se define o papel e função de cada instituição na construção do sistema de ensino. Aos docentes, faz parte do seu papel:

- (A) Elaborar e executar sua proposta pedagógica.
- (B) Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.
- (C) Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas
- (D) Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
- (E) Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros

QUESTÃO 20. A lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece diretrizes para a base educacional no Brasil, dentre tais diretrizes são apontados alguns deveres do estado com a educação pública, dentre eles não está o dever de:

- (A) Fornecer ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- (B) Garantir acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- (C) Ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
- (D) fornecer atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (E) Garantir que os alunos deixem a escola com capacidade e interesse em ingressar em um curso superior.

QUESTÃO 21. Ainda sobre as diretrizes e bases da educação nacional nela se definem como deverão ser feitas as avaliações nos diferentes estágios da educação. Na educação infantil, tal avaliação deve:

- (A) Oferecer promoções ao aluno, mas avaliar principalmente seu desenvolvimento.
- (B) Acompanhar o desenvolvimento do aluno e não oferecer promoções.
- (C) Avaliar o conhecimento absorvido pelo aluno, mas não oferecer promoções.
- (D) Oferecer promoções ao aluno por meio de avaliação do conhecimento absorvido.
- (E) Avaliar o conhecimento do aluno e também seu desenvolvimento.

QUESTÃO 22. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado é garantida pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, este documento define áreas de atuação e objetivos para os diferentes programas de assistência social. Portando a função a baixo corresponde a qual programa?

“[...] a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária.”

- (A) Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi).
- (B) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).
- (C) Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif).
- (D) Programa Bolsa Família.
- (E) É tarefa de todos os programas acima.

QUESTÃO 23. O benefício de prestação continuada é garantido por lei para os portadores de deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Tal benefício será suspenso quando a pessoa com deficiência exercer uma atividade remunerada, exceto:

- (A) Quando for em posição de microempreendedor individual.
- (B) Quando for em posição de aprendiz, durante os dois primeiros anos de exercício.
- (C) Durante os dois primeiros anos de contrato.
- (D) Quando o pagamento do mesmo for inferior a um salário mínimo.
- (E) Não há nenhuma forma que o benefício não seja suspenso.

QUESTÃO 24. A lei Complementar nº 011 de 14 de junho de 2005 institui o estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipuacu/SC, nela encontram-se os pré-requisitos básicos para ingresso no serviço público. Entre esses, não está o requisito de:

- (A) Nacionalidade brasileira.
- (B) Aptidão física e mental.
- (C) Idade mínima de dezoito (18) anos.
- (D) Gozo dos direitos políticos.
- (E) Todas as alternativas são corretas.

QUESTÃO 25. O estatuto dos servidores públicos de Ipuacu não só fala dos direitos de tais trabalhadores, mas também aponta deveres dos mesmos. Analise os deveres a seguir.

- I. *Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo e outras do serviço público.*
- II. *Tratar com urbanidade, educação e cortesia as pessoas.*
- III. *Garantir sucesso em todas as funções atribuídas a ele.*
- IV. *Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.*
- V. *Ser assíduo e pontual ao serviço.*

São corretos apenas os deveres:

- (A) I, II, IV e V
- (B) I, II e III
- (C) III, IV e V
- (D) II, III, IV e V
- (E) II, III e IV

QUESTÃO 26. “**Art. 188.** Anualmente, sempre no mês de novembro a Administração procederá à avaliação de desempenho e eficiência dos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo. ” Define a lei Complementar nº 011 de 14 de junho de 2005, os servidores devem atingir uma certa pontuação em uma média aritmética feita de diversa lista de quesitos. Pontuação em sete (7) é uma pontuação boa, pontuação em cinco (5) é a baixo do esperado, respectivamente, o que acontecerá se o servidor atingir essas notas?

- (A) A primeira pode lhe proporcionar uma progressão por merecimento, a segunda lhe coloca em posição de observação e após um certo tempo será feita outra prova.
- (B) A primeira lhe proporciona um bônus por mérito, a segunda é caracterizada como insuficiência de desempenho e causa perda do cargo.
- (C) A primeira lhe proporciona uma progressão por merecimento, a segunda é caracterizada como insuficiência de desempenho e causa perda do cargo.
- (D) A primeira lhe proporciona um bônus por mérito, a segunda lhe coloca em posição de observação e após um certo tempo será feita outra prova.
- (E) Nenhuma das duas proporciona uma penalidade ou promoção, apenas são arquivadas as avaliações para futuras análises em caso de continuidade das notas recebidas.

QUESTÃO 27. A política de Assistência Social, legalmente reconhecida como direito social e dever estatal pela Constituição de 1988 e pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), vem sendo regulamentada intensivamente pelo Governo Federal, com aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (2004) e do Sistema Único de Assistência Social (2005). O objetivo com esse processo é:

- (A) consolidar a Assistência Social como política de estadual para estabelecer critérios subjetivos os recursos entre os serviços socio-assistenciais dos municípios; estabelecer uma relação sistemática e interdependente entre programas, projetos, serviços e benefícios, para fortalecer a relação democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garantir repasse automático e regular de recursos fundo a fundo e para instituir um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento, até então inexistente.
- (B) consolidar a Assistência Social como política de Estado para estabelecer critérios objetivos de partilha de recursos entre os serviços socio-assistenciais e entre estados e municípios; estabelecer uma relação sistemática e interdependente entre programas, projetos, serviços e benefícios, para fortalecer a relação democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garantir repasse automático e regular de recursos fundo a fundo e para instituir um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento, até então inexistente.
- (C) consolidar a Assistência Social como política municipal do para estabelecer critérios subjetivos de partilha de recursos entre os serviços socioassistenciais e entre os municípios; estabelecer uma relação sistemática e independente entre programas, projetos, serviços e benefícios, para fortalecer a relação autocrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garantir repasse automático e regular de recursos fundo a fundo e para instituir um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento, até então inexistente.
- (D) consolidar a Assistência Social como política de Estado para estabelecer critérios subjetivos de partilha de recursos entre os serviços socioassistenciais e entre estados e municípios; estabelecer uma relação sistemática e interdependente entre programas, projetos, serviços e benefícios, para fortalecer a relação democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garantir repasse automático e regular de recursos fundo a fundo e para instituir um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento, até então inexistente.
- (E) consolidar a Assistência Social como política estadual para estabelecer critérios objetivos de partilha de recursos entre os serviços socioassistenciais e entre estado e municípios; estabelecer uma relação sistemática e interdependente entre programas, projetos, serviços e benefícios, para fortalecer a relação democrática entre planos, fundos, conselhos e órgão gestor; garantir repasse automático e regular de recursos fundo a fundo e para instituir um sistema informatizado de acompanhamento e monitoramento, até então inexistente.

QUESTÃO 28. A definição dos campos de proteção social (básica ou especial) que compete à assistência e às demais políticas sociais é fundamental, não por mero preciosismo conceitual, mas por outras razões. Primeiro, porque o sentido de proteção social extrapola a possibilidade de uma única política social e requer o estabelecimento de um conjunto de políticas públicas que garantam direitos e respondam a diversas e complexas necessidades básicas (PEREIRA, 2000) da vida social. Desse modo,

- (A) ao Governo Federal não se pode atribuir a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de emprego, saúde, Previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal.
- (B) à Assistência Social deve-se atribuir a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de emprego, saúde, Previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal.
- (C) ao Governo Federal deve-se atribuir a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de emprego, saúde, Previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal.
- (D) à Assistência Social não se pode atribuir a tarefa de realizar exclusivamente a proteção social. Esta compete, articuladamente, às políticas de emprego, saúde, Previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal.
- (E) à Assistência Social não se pode atribuir a tarefa de realizar a proteção social. Esta compete, exclusivamente, às políticas de emprego, saúde, Previdência, habitação, transporte e Assistência, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal.

QUESTÃO 29. Os/as assistentes sociais brasileiros/as vêm lutando em diferentes frentes e de diversas formas para defender e reafirmar direitos e políticas sociais que, inseridos em um projeto societário mais amplo, buscam cimentar as condições econômicas, sociais e políticas para construir as vias da equidade, num processo que não se esgota na garantia da cidadania. A concepção presente no projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro articula:

- (A) direitos amplos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal.
- (B) direitos amplos, individuais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal.
- (C) direitos amplos, universais e proporcionais, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal.
- (D) direitos restritos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento socialista.
- (E) direitos restritos, universais e equânimes, orientados pela perspectiva de superação das desigualdades sociais e pela igualdade de condições e não apenas pela instituição da parca, insuficiente e abstrata igualdade de oportunidades, que constitui a fonte do pensamento liberal.

QUESTÃO 30. O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional (conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS), demanda uma atuação profissional em uma perspectiva totalizante, baseada na identificação dos determinantes socioeconômicos e culturais das desigualdades sociais. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe a assunção, pelo/a profissional, de um papel que aglutine:

- (A) leitura passiva da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.
- (B) leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do governo estadual e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.
- (C) leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.
- (D) leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do município e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.
- (E) leitura acrítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos/as trabalhadores/as em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os/as trabalhadores/as, de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos.

QUESTÃO 31. O trabalho de assistentes sociais, psicólogos/as e pedagogos/as, que constituem as principais profissões hoje atuantes no SUAS, requer interface com as políticas da Saúde, Previdência, Educação, Trabalho, Lazer, Meio Ambiente, Comunicação Social, Segurança e Habitação, na perspectiva de mediar o acesso dos/as cidadãos/ãs aos direitos sociais. As abordagens das profissões podem somar-se com o intuito de assegurar uma intervenção interdisciplinar capaz de responder a demandas individuais e coletivas, com vistas a defender a construção de uma sociedade livre de todas as formas de violência e de exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual. Ao integrar a equipe dos/as trabalhadores/as no âmbito da política de Assistência Social, os/as profissionais podem contribuir para:

- (A) criar ações individuais de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.
- (B) criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão proporcional da riqueza individualmente produzida.
- (C) criar ações individuais de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão proporcional da riqueza socialmente produzida.
- (D) criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto estético e socioeconômico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.
- (E) criar ações coletivas de enfrentamento a essas situações, com vistas a reafirmar um projeto ético e sociopolítico de uma nova sociedade, que assegure a divisão equitativa da riqueza socialmente produzida.

QUESTÃO 32. A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A interdisciplinaridade, que surge no processo coletivo de trabalho, demanda uma atitude ante a formação e conhecimento, que se evidencia no reconhecimento

- (A) das referências, contribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação.
- (B) das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação.
- (C) das competências, contribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da habilidade de diálogo profissional e cooperação.
- (D) das referências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação.
- (E) das referências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das capacidades, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação.

QUESTÃO 33. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) garante apoio ao cidadão, à família e à comunidade no enfrentamento de dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. A Assistência Social tem uma rede de unidades públicas, que realizam atendimentos para pessoas ou grupos de crianças, jovens, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. O atendimento é feito por profissionais como:

- (A) assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogados e pedagogos, que procuram entender a situação de cada pessoa e atuam para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social.
- (B) assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, advogados e médicos, que procuram entender a situação de cada pessoa e atuam para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social.
- (C) assistentes sociais, psiquiatras, educadores sociais, advogados e pedagogos, que procuram entender a situação de cada pessoa e atuam para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social.
- (D) assistentes sociais, psicólogos, comunicadores sociais, advogados e pedagogos, que procuram entender a situação de cada pessoa e atuam para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social.
- (E) assistentes sociais, psicólogos, educadores sociais, médicos e pedagogos, que procuram entender a situação de cada pessoa e atuam para melhorar as condições de vida, de relacionamento e de inclusão social.

QUESTÃO 34. De acordo com Robbins (2005), o processo de administração de conflitos pode, inclusive, buscar estimulá-lo. Considerando os benefícios e as vantagens dos conflitos defendidos no início deste capítulo, é de se esperar que algumas situações podem requerer mudanças que certamente levarão ao surgimento de conflitos. Para o autor, o estímulo do conflito pode se dar de diversas formas, como:

- (A) por meio de comunicação de mensagens objetivas; a inclusão de estranhos na equipe, com comportamentos e valores diferentes; a reestruturação da organização, alteração de regras e equipes e a nomeação de um advogado civil.
- (B) por meio de comunicação de mensagens ambíguas; a inclusão de conhecidos na equipe, com comportamentos e valores diferentes; a reestruturação da organização, alteração de regras e equipes e a nomeação de um advogado do diabo.
- (C) por meio de comunicação de mensagens ambíguas; a inclusão de estranhos na equipe, com comportamentos e valores diferentes; a reestruturação da organização, alteração de regras e equipes e a nomeação de um advogado do diabo.
- (D) por meio de comunicação de mensagens objetivas; a inclusão de conhecidos na equipe, com comportamentos e valores diferentes; a reestruturação da organização, alteração de regras e equipes e a nomeação de um advogado do diabo.
- (E) por meio de comunicação de mensagens ambíguas; a inclusão de estranhos na equipe, com comportamentos e valores diferentes; a reestruturação da organização, alteração de regras e equipes e a nomeação de um advogado civil.

QUESTÃO 35. A redução do trabalho infantil, assim como o aumento da frequência escolar observados nas últimas décadas no Brasil, estão associados tanto às mudanças nas condições socioeconômicas das crianças e adolescentes como às diversas ações direcionadas ao combate do trabalho infantil, por parte de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, de sindicatos, do setor produtivo e de organismos internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Alguns exemplos de ações são:

- (A) a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a criação de comissões de combate ao trabalho infantil nas Delegacias Regionais do Trabalho e os programas sociais, como PETI e Bolsa Família.
- (B) a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a criação de comissões de combate ao trabalho infantil nas Delegacias Regionais do Trabalho e os programas sociais, como PETI e Bolsa Família.
- (C) a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino a Distância e de Valorização do Magistério (Fundef), a criação de comissões de trabalho infantil nas Delegacias Regionais do Trabalho e os programas sociais, como PETI e Bolsa Família.
- (D) a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs e a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), a criação de comissões de combate ao trabalho infantil nas Delegacias Municipais do Trabalho e os programas sociais, como PETI e Bolsa Família.
- (E) a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino a Distância e de Valorização do Magistério (Fundef), a criação de comissões de combate ao trabalho infantil nas Delegacias Regionais do Trabalho e os programas sociais, como PETI e Bolsa Família.

QUESTÃO 36. O termo exclusão social passou a frequentar intensamente o debate público e acadêmico. O conceito, ou conceitos, não podem ser compreendidos sem levar em conta os contextos teóricos nos quais se encontra imerso. De outra parte, ressalta-se que diferentes compreensões ou definições de exclusão social tenderão a produzir intervenções públicas com estratégias distintas de enfrentamento.

É possível distinguir três abordagens sobre a exclusão social, de acordo com o conjunto de dimensões consideradas e a natureza da interação entre elas e, portanto, com a complexidade do fenômeno, e a sofisticação, intensidade da intersectorialidade, maior ou menor flexibilidade e nível de atuação previstos no desenho e gestão dos projetos e programas de enfrentamento. São elas:

- (A) A que apresenta certa similaridade à noção de pobreza sintomática, em que a exclusão social caracterizará uma situação de restituição em que estejam presentes, em diferentes combinações, as condições de multidimensionalidade, intensidade e persistência; a da multidimensionalidade, que denota que uma situação de exclusão social não envolve apenas um tipo de privação, como de renda, mas os excluídos enfrentam privações em distintas dimensões de sua vida social e material; a de que a condição é a persistência e a exclusão social é uma condição de privação duradoura, não uma situação transitória causada por um choque temporário na renda ou na ocupação ou por um momento eventual de desaceleração econômica, ao contrário, é uma situação que tende a permanecer ou mesmo se agudizar e se transmitir intergeracionalmente, na ausência de intervenções específicas.
- (B) A que apresenta certa disparidade à noção de pobreza crônica, em que a exclusão social caracterizará uma situação de destituição em que estejam presentes, em diferentes combinações, as condições de multidimensionalidade, intensidade e persistência; a da multidimensionalidade, que denota que uma situação de exclusão social não envolve apenas um tipo de privação, como de renda, mas os excluídos enfrentam privações em distintas dimensões de sua vida social e material; a de que a condição é a persistência e a exclusão social é uma condição de privação duradoura, não uma situação transitória causada por um choque temporário na renda ou na ocupação ou por um momento eventual de desaceleração econômica, ao contrário, é uma situação que tende a permanecer ou mesmo se agudizar e se transmitir intergeracionalmente, na ausência de intervenções específicas.
- (C) A que apresenta certa similaridade à noção de pobreza crônica, em que a exclusão social caracterizará uma situação de destituição em que estejam presentes, em diferentes combinações, as condições de multidimensionalidade, intensidade e persistência; a da multidimensionalidade, que denota que uma situação de exclusão social não envolve apenas um tipo de privação, como de renda, mas os excluídos enfrentam privações em distintas dimensões de sua vida social e material; a de que a condição é a persistência e a exclusão social é uma condição de privação duradoura, não uma situação transitória causada por um choque temporário na renda ou na ocupação ou por um momento eventual de desaceleração econômica, ao contrário, é uma situação que tende a permanecer ou mesmo se agudizar e se transmitir internacionalmente, na ausência de intervenções específicas.
- (D) A que apresenta certa disparidade à noção de pobreza crônica, em que a exclusão social caracterizará uma situação de destituição em que estejam presentes, em diferentes combinações, as condições de multidimensionalidade, intensidade e persistência; a da multidimensionalidade, que denota que uma situação de exclusão social não envolve apenas um tipo de privação, como de renda, mas os excluídos enfrentam privações em distintas dimensões de sua vida social e material; a de que a condição é a persistência e a exclusão social é uma condição de privação duradoura, não uma situação transitória causada por um choque temporário na renda ou na ocupação ou por um momento eventual de desaceleração econômica, ao contrário, é uma situação que tende a permanecer ou mesmo se agudizar e se transmitir internacionalmente, na ausência de intervenções específicas.
- (E) A que apresenta certa similaridade à noção de pobreza crônica, em que a exclusão social caracterizará uma situação de destituição em que estejam presentes, em diferentes combinações, as condições de multidimensionalidade, intensidade e persistência; a da multidimensionalidade, que denota que uma situação de exclusão social não envolve apenas um tipo de privação, como de renda, mas os excluídos enfrentam privações em distintas dimensões de sua vida social e material; a de que a condição é a persistência e a exclusão social é uma condição de privação duradoura, não uma situação transitória causada por um choque temporário na renda ou na ocupação ou por um momento eventual de desaceleração econômica, ao contrário, é uma situação que tende a permanecer ou mesmo se agudizar e se transmitir intergeracionalmente, na ausência de intervenções específicas.

QUESTÃO 37. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente em seus artigos:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade;

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Esta garantia de prioridade compreende:

- I. *primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- II. *precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- III. *preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- IV. *destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

Estão corretas as:

- (A) apenas afirmativas as I, III e IV
- (B) apenas afirmativas as II, III e IV
- (C) apenas afirmativas as I, II e IV
- (D) apenas afirmativas as I, II e III
- (E) apenas afirmativas as I, II, III e IV

QUESTÃO 38. Segundo o Estatuto do Idoso, em seu Capítulo III:

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

- I. *faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;*
- II. *opinião e expressão;*
- III. *crença e culto religioso;*
- IV. *prática de música e de diversões;*
- V. *participação na vida familiar e comunitária;*
- VI. *participação na vida política, na forma da lei;*
- VII. *faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.*

Estão corretas:

- (A) apenas as afirmativas I, III, IV, VI e VII
- (B) apenas as afirmativas I, II, IV, VI e VII
- (C) apenas as afirmativas I, II, III, IV e VII
- (D) apenas as afirmativas I, III, V, VI e VII
- (E) apenas as afirmativas I, II, III, IV e VII

QUESTÃO 39. A Lei no 11.340, de 7 de agosto de 2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências como:

- I. *Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher*
- II. *Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.*
- III. *Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.*
- IV. *Das Medidas Integradas de Prevenção.*
- V. *Da Assistência à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar .*
- VI. *Do Atendimento à Autoridade Policial.*
- VII. *Das Medidas Protetivas de Urgência que Abrigam o Agressor*

Estão corretas:

- (A) apenas as afirmativas I, II, III, IV, V, VI e VII
- (B) apenas as afirmativas I, II, III, IV, V e VII
- (C) apenas as afirmativas I, II, V, VI e VII
- (D) apenas as afirmativas I, II, III, IV e V
- (E) apenas as afirmativas I, II, III, V, VI e VII

QUESTÃO 40. A lei complementar nº 014 de 14 de junho de 2005 do município de Ipuacu, SC, dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e vencimentos dos servidores públicos municipais, e dá outras providências. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. *Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos é o conjunto de diretrizes e normas que disciplina a estrutura do Quadro de Pessoal e a progressão funcional, as atribuições específicas e genéricas dos cargos, estabelece a identificação dos cargos e o número de vagas, bem como os respectivos vencimentos;*
- II. *Quadro de Pessoal é o conjunto de carreiras de provimento efetivo;*
- III. *Categoria Funcional é o conjunto de cargos e funções, estabelecido segundo a relação existente entre a indicação para o trabalho, o grau de conhecimento, a formação profissional e a experiência exigida para o desempenho de suas respectivas atividades;*
- IV. *Carreira é o conjunto de cargos de provimento efetivo, subdividido em níveis e referências, identificado pela natureza do trabalho, qualificação e formação profissional, atribuições e grau de complexidade e de responsabilidade;*
- V. *Cargo de Provimento Eletivo é o lugar na organização do serviço público correspondente a um conjunto de atribuições e de responsabilidades, com denominação própria, estipêndio específico, número certo, remuneração pelo Poder Público e acessível a todo o brasileiro, na forma da legislação pertinente;*

Estão **incorretas**:

- (A) apenas as afirmativas II e IV
- (B) apenas as afirmativas III e V
- (C) apenas as afirmativas I e IV
- (D) apenas as afirmativas I e II
- (E) apenas as afirmativas II e III

